

FIEA Federação das
Indústrias do Estado
de Alagoas

IEL Instituto
Euvaldo
Lodi

PANORAMA ECONÔMICO

Dados referentes ao mês de
Outubro de 2025



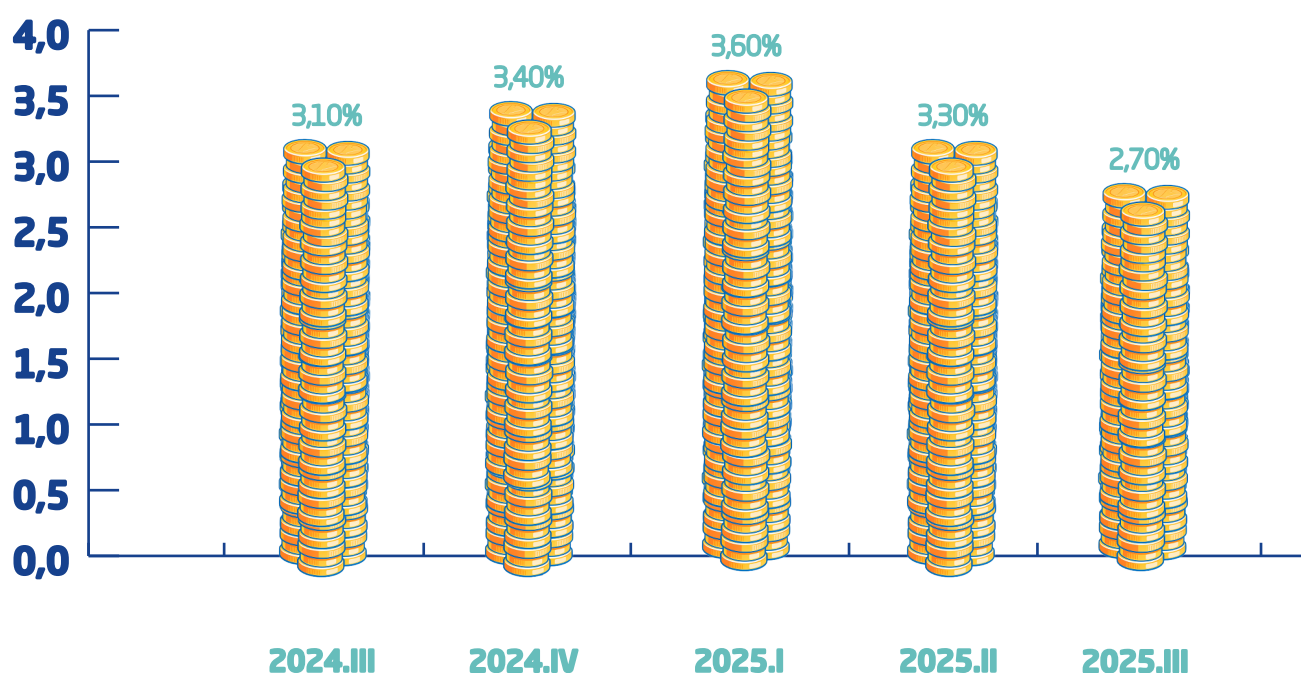
O PIB no 3º trimestre de **2025**

A desaceleração do PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2025 evidencia-se, em primeiro lugar, na comparação trimestral dessazonalizada, quando a variação foi praticamente nula (+0,1%), confirmando a perda gradual de dinamismo observada ao longo do ano¹. Após um início mais robusto, com crescimento de +1,5% no primeiro trimestre e +0,3% no segundo, a economia entrou em uma fase de virtual estagnação. Pela ótica da oferta, esse comportamento refletiu sobretudo o enfraquecimento dos serviços, setor de maior peso no valor adicionado, cujo produto avançou apenas +0,1%, limitando o desempenho agregado do PIB.

A perda de fôlego dos serviços dialoga diretamente com o arrefecimento da demanda interna, em especial do consumo das famílias. No terceiro trimestre, esse componente cresceu apenas +0,1% na comparação trimestral, após taxas de +0,6% nos dois trimestres anteriores, sinalizando os efeitos cumulativos da política monetária restritiva sobre renda, crédito e confiança. Essa desaceleração se refletiu em segmentos como serviços pessoais, atividades financeiras e comércio, este último particularmente sensível ao nível elevado da taxa de juros e relevante como canal de escoamento da produção industrial.

[1] https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_202503caderno.pdf

Gráfico nº 1 - Taxa de variação trimestral (%) do PIB do Brasil - últimos quatro trimestres/ quatros trimestres imediatamente anteriores



Fonte: IBGE (Contas nacionais | IBGE)

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento
Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Ainda pelo lado da demanda, o consumo do governo exerceu papel compensatório, ao crescer +1,3% no trimestre, mitigando parcialmente a fraqueza do gasto privado. A formação bruta de capital fixo também apresentou reação (+0,9%), após retração no trimestre anterior, mas em ritmo insuficiente para reverter a tendência de cautela dos investimentos. O desempenho do investimento esteve fortemente associado à construção, beneficiada por projetos imobiliários e de infraestrutura, enquanto os investimentos em máquinas e equipamentos permaneceram comprimidos, refletindo o elevado custo de capital e a baixa disposição para a modernização produtiva.

Pela ótica da produção industrial, o terceiro trimestre trouxe uma expansão moderada da indústria total (+0,8%), o melhor resultado do ano nessa base de comparação. Esse avanço foi sustentado pelas indústrias extrativas e pela construção, enquanto a indústria de transformação mostrou apenas recuperação marginal (+0,3%), após quedas consecutivas, sem recompor as perdas acumuladas. Na comparação interanual, a indústria de transformação permaneceu em retração, evidenciando que o setor segue como um dos principais vetores de fragilidade do crescimento em 2025.

O setor externo, por sua vez, ofereceu contribuição líquida positiva ao PIB, ainda que limitada. As exportações aceleraram (+3,3%), superando o crescimento das importações (+0,3%), favorecidas pela moderação da demanda doméstica. Esse desempenho sugere que, no agregado, os efeitos adversos do comércio internacional foram parcialmente mitigados. No conjunto, a desaceleração do PIB para 1,8% na comparação interanual reflete um processo de normalização cíclica, marcado pela perda de dinamismo do consumo e dos serviços, compensada apenas parcialmente pelo gasto público, pela construção e pelo setor externo, consolidando um quadro de crescimento mais contido da economia brasileira.

Em síntese, o quadro industrial descrito na Sondagem Industrial² - novembro de 2025 reforça e aprofunda a leitura apresentada pelos dados do PIB no terceiro trimestre. O levantamento da CNI evidencia um ambiente de demanda enfraquecida, com queda acentuada do índice de evolução da produção (44,4 pontos, o menor recuo histórico para novembro), redução do emprego industrial e utilização da capacidade instalada em apenas 70%, abaixo dos níveis observados em 2023 e 2024. A combinação entre estoques acima do planejado e expectativas de demanda próximas ou abaixo da linha de neutralidade sinaliza dificuldades persistentes de escoamento da produção, especialmente na indústria de transformação, que também registra expectativas fracas quanto a emprego, compras de insumos e exportações. Ainda que a intenção de investimento tenha mostrado leve recuperação no fim do ano, ela permanece inferior à de 2024, refletindo um cenário de elevada incerteza e custo de capital restritivo. Esse conjunto de indicadores sugere que a contribuição da indústria ao crescimento do PIB segue limitada, atuando mais como fator de contenção do que de impulso, em consonância com a desaceleração cíclica observada na economia brasileira em 2025.

Banco Central encerra 2025 com *a Selic em 15% ao ano*

A mediana das expectativas do mercado financeiro indica que o IPCA deve encerrar 2025 em 4,35%, abaixo do teto da meta de 4,5%. Para os próximos 12 meses, a projeção mediana recua para 4,0%. Os dados recentes confirmam essa trajetória: a inflação acumulada em 12 meses passou de 4,7% em outubro para

[2] <https://bit.ly/45WJ3hB>

4,4% em novembro. Na mesma direção, a inflação implícita nos títulos indexados ao IPCA com prazo de 252 dias situa-se em torno de 4,0%, sinalizando uma convergência gradual da inflação em direção ao centro da meta de 3,0. Esse quadro, em princípio, abriria espaço para o início do ciclo de flexibilização monetária na última reunião de 2025, o que não ocorreu. Como resultado, o país inicia 2026 com uma taxa real de juros básica estimada em 9,74%, entre as mais elevadas do mundo³.

A decisão do COPOM⁴ de manter a Selic em 15% reflete a avaliação de que, apesar da moderação da atividade econômica, o grau de restrição monetária ainda é considerado necessário para assegurar o reequilíbrio entre oferta e demanda e consolidar a convergência da inflação à meta. A desaceleração do PIB e a perda de fôlego do consumo das famílias são interpretadas como parte do ajuste em curso, enquanto a heterogeneidade setorial — com maior enfraquecimento nos segmentos mais sensíveis ao crédito e maior resiliência nos mercados ligados à renda — sustenta a leitura de que a política monetária segue produzindo efeitos desinflacionários, ainda que de forma gradual.

Esse diagnóstico é reforçado pelo comportamento do mercado de trabalho, que permanece apertado, embora já apresente sinais iniciais de arrefecimento. A combinação de desemprego em níveis historicamente baixos e dinâmica salarial ainda robusta mantém pressões sobre a inflação de serviços, mais resistente à desinflação. Diante da dificuldade de separar, no curto prazo, fatores conjunturais e estruturais e da possibilidade de persistência de um hiato do produto positivo, o Comitê opta por uma postura cautelosa, prolongando o caráter contracionista da política monetária.

Além disso, o COPOM destacou o papel da política fiscal e seus efeitos sobre o juro neutro e o prêmio de risco. As incertezas quanto à sustentabilidade da dívida, o aumento do crédito direcionado e o enfraquecimento do esforço reformista tendem a reduzir a eficácia da política monetária, exigindo juros mais elevados para conter a inflação. Embora os dados recentes de inflação tenham sido mais favoráveis, com contribuição do câmbio e das commodities, as expectativas seguem acima da meta.

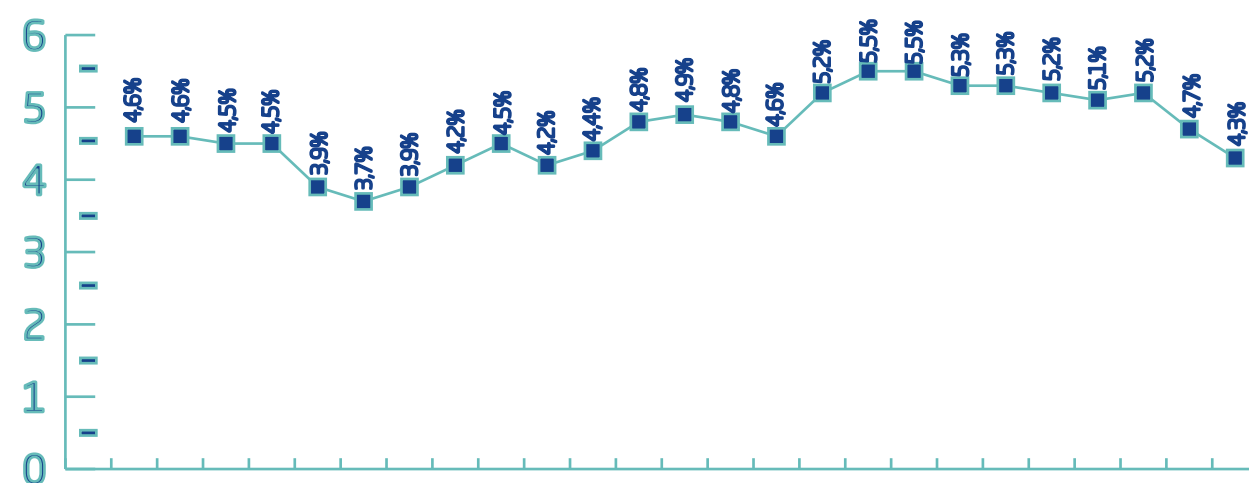
Em contrapartida, a manutenção de uma política monetária restritiva aumenta a probabilidade de uma desaceleração da atividade mais intensa do que a projetada e amplia o custo fiscal, dado que uma Selic em torno de 15% eleva o serviço da

[3] https://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/ipca-inpc_202510caderno.pdf ; <https://www3.bcb.gov.br/expectativas2/#/-consultaSeriesEstatisticas> ; <https://www.anbima.com.br/informacoes/est-termo/CZ.asp> ; e <https://www.infomoney.com.br/economia/ranking-juro-real-novembro/>

[4] <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom>

dívida interna – que já alcançou cerca de 7,9% do PIB até outubro de 2025 – pressionando o resultado fiscal e podendo deteriorar a percepção de sustentabilidade da dívida. Soma-se a isso o grau de indexação da economia, que limita a potência dos canais de transmissão da política monetária. Assim, embora necessária para reancorar expectativas, essa estratégia eleva o custo macroeconômico da desinflação e reforça a importância de maior coordenação entre as políticas monetária e fiscal para evitar uma dinâmica adversa de juros elevados, fragilidade fiscal e baixo crescimento.

Gráfico nº 2 -- IPCA (acumulado 24 meses) - novembro/23 a novembro/25



NOV/23
Fonte: IBGE

NOV/25
Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

A produção industrial brasileira *Em outubro de 2025*

A evolução da indústria brasileira em outubro de 2025 confirma um ano marcado pela estagnação, com crescimento acumulado de apenas 0,8% entre janeiro e outubro, muito abaixo dos 3,4% registrados em igual período de 2024 e ainda distante do nível pré-crise de 2014-2016. A desaceleração é evidente

na indústria de transformação, que praticamente não avançou no ano (+0,2%) e recuou tanto na comparação mensal (-0,6%) quanto interanual (-2,2%). Ao mesmo tempo, a produção industrial permaneceu virtualmente parada na maior

parte de 2025, com oito dos dez meses registrando variações iguais ou inferiores a 0,1%. Nesse cenário, a sustentação relativa vem do segmento extrativo, cujo desempenho mais robusto (+4,7% no acumulado do ano e +3,6% na passagem mensal) tem evitado um quadro ainda mais desfavorável, embora não compense integralmente a fraqueza estrutural do setor manufatureiro.

A combinação de juros persistentemente elevados e um ambiente global adverso – marcado por novas barreiras comerciais e competição intensificada com importados – limita a capacidade de investimento e restringe mercados, reforçando obstáculos à modernização produtiva. Os macrossetores industriais refletem essa dinâmica: bens de capital acumulam cinco quedas consecutivas; bens semi e não duráveis registram seu sétimo recuo; e bens intermediários seguem estagnados. Apenas bens duráveis mostram resiliência pontual, embora a tendência trimestral indique perda de fôlego e retorno ao terreno negativo no trimestre encerrado em outubro (-0,3%). Em síntese, o resultado de 2025 expõe um setor industrial comprimido por restrições financeiras e estruturais, incapaz de sustentar um ciclo de expansão consistente sem redução do custo de capital e fortalecimento das condições de investimento.⁵

Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Tabela nº 1 - Variação da Produção Industrial - Outubro 2025 (%)

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,1	-0,5	0,8	0,9
Bens de Capital	1,0	-2,9	-0,6	1,2
Bens Intermediários	-0,8	-0,1	2,1	2,0
Bens de Consumo	1,1	-1,3	-1,5	-1,3
Bens de Consumo Duráveis	2,7	0,4	3,9	5,5
Semiduráveis e não duráveis	1,0	-1,6	-2,5	-2,4
Extrativa Mineral	3,6	10,1	4,7	2,8
Transformação	-0,6	-2,2	0,2	0,6

Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

[5] https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analiseiedi_20251202_industria.html

Tabela nº 2 - Índices de preços

Índice de Preço (%)	2024		2025										
	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
IGP-DI	1,18	0,87	0,11	1,00	-0,50	0,30	-0,85	-1,80	-0,07	0,20	0,36	-0,03	0,1
INCC-DI	0,40	0,50	0,83	0,40	0,39	0,52	0,58	0,69	0,91	0,52	0,17	0,30	0,27
IGP-M	1,30	0,94	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49	-1,67	-0,77	0,36	0,42	-0,36	0,27
IPC-M	0,07	0,12	0,14	0,91	0,80	0,46	0,37	0,22	0,27	-0,07	0,25	0,16	0,25
IPA-M	1,74	1,21	0,24	1,17	-0,73	0,13	-0,82	-2,53	-1,29	0,43	0,49	-0,59	0,27
INCC-M	0,44	0,51	0,71	0,51	0,38	0,59	0,26	0,96	0,91	0,70	0,21	0,21	0,28
IPC-FIPE	1,17	0,34	0,24	0,51	0,62	0,45	0,27	-0,08	0,28	0,04	0,65	0,27	0,20
INPC	0,33	0,48	0,00	1,48	0,51	0,48	0,35	0,23	0,21	-0,21	0,52	0,03	0,03
IPCA	0,39	0,52	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,24	0,26	-0,11	0,48	0,09	0,18

Fontes: Ipeadata e Bacen

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 3 - Indicadores de Confiança I

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
NOV/24	4,53	73,05	2 629,95
DEZ/24	4,56	79,06	2 861,00
JAN/24	4,56	76,32	2 883,00
FEV/25	4,25	73,05	2 951,00
MAR/25	4,46	62,45	3 265,00
ABR/25	4,53	64,41	3 287,00
MAI/25	4,28	65,62	3 355,00
JUN/25	4,37	68,61	3 400,00
JUL/25	4,24	65,60	3 392,00
AGO/25	4,07	66,86	3 711,00
SET/25	3,99	61,81	4 351,00
OUT/25	4,08	63,64	4 052,00
NOV/25	4,13	59,43	4 417,00

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) /FED

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 4 - Indicadores de Confiança II

Meses	Indicadores de Confiança II						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos 12 meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
NOV/24	6,05	113,85	4,69	8,75	4,87	11,15	5,99
DEZ/24	6,19	15,39	5,12	9,77	4,83	12,15	6,98
JAN/25	5,83	14,95	5,80	8,65	4,56	12,15	7,26
FEV/25	5,85	15,03	5,50	9,03	5,06	13,15	7,70
MAR/25	5,74	15,09	5,00	9,61	5,48	14,15	8,22
ABR/25	5,66	14,48	4,90	9,13	5,53	14,15	8,17
MAI/25	5,71	14,64	4,88	9,31	5,32	14,65	8,86
JUN/25	5,46	14,69	5,10	9,12	5,35	14,90	9,07
JUL/25	5,60	14,76	4,31	10,02	5,23	14,90	9,19
AGO/25	5,43	14,36	4,18	9,77	5,13	14,90	9,29
SET/25	5,32	14,34	4,44	9,48	5,17	14,90	9,25
OUT/25	5,38	14,09	4,09	9,61	4,68	14,90	9,76
NOV/25	5,33	13,75	4,00	9,38	4,46	14,90	9,99

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial,
Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

ELABORAÇÃO
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E
PESQUISA - FIEA/IEL

GERENTE
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

ESTAGIÁRIOS
JULIAN PEDRO MOISÉS DA SILVA
KARINE FERREIRA DOS SANTOS
MARIA LUIZA LEAL DA SILVA
PABLO HENRIQUE COSTA FRANCIOLLY FONSECA
RUAN WESLEY DE BARROS SILVA

ANALISTA
MORGANA MARIA MACHADO MOURA
CONSULTORA
DÉBORA JUSTINO DOS SANTOS
AUTOR
REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR
DIAGRAMAÇÃO
EMILLY KAROLLINY CARDOZO DA FONSECA

INSTITUTO EUVALDO LODI -
IEL

DIRETOR REGIONAL
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

SUPERINTENDENTE
HELVIO BRAGA VILAS BOAS

GERENTE DE DESENV. EMPRESARIAL,
INOVAÇÃO E PESQUISA
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE
ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1º VICE PRESIDENTE
JOSÉ DA SILVA NOGUEIRA FILHO

DIRETOR EXECUTIVO
WALTER LUIZ JUCA SÁ

GERENTE UNITEC
HELVIO BRAGA VILAS BOAS